Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar

PROJECTO DE RESOLUÇÃO N.º 313/XI/2.ª

RECOMENDA AO GOVERNO A PRESERVAÇÃO DA AUTONOMIA DOS TEATROS NACIONAIS E A SUA NÃO FUSÃO

Na apresentação do Orçamento do Estado para 2011 o Governo anunciou a intenção de integrar na OPAR, EPE, entidade pública empresarial que gere o Teatro Nacional de São Carlos e a Companhia Nacional de Bailado, os outros dois Teatros Nacionais existentes: o Teatro Nacional D. Maria II, em Lisboa, e o Teatro Nacional São João, no Porto.

Imediatamente se seguiram as mais diversas reacções de repúdio por esta decisão e que culminaram, no dia 24 de Novembro de 2010, com um Abraço pelo Teatro que juntou cerca de 2000 pessoas no Teatro Nacional São João com a palavra de ordem "é nosso". O que adultos, crianças, artistas, técnicos, estudantes, público, unidos no cordão humano em torno do teatro não compreendem é o que ninguém pode compreender: como pode um teatro ser gerido por uma estrutura a mais de 300 km de distância, como pode existir autonomia artística sem autonomia de gestão?

A verdade é que a intenção anunciada no Orçamento do Estado para 2011 de fusão dos teatros nacionais não foi acompanhada de qualquer fundamentação por parte do Governo. Não se conhece no mundo qualquer exemplo de tal concentração e não foi feito qualquer estudo que a sustente. E sabemos todos que esta será uma decisão com peso orçamental irrelevante mas com consequências políticas e culturais necessariamente desastrosas.

A criação da OPART, que o Bloco de Esquerda sempre contestou, levantou e levanta as maiores reservas no sector. Colocar sob a mesma administração o Teatro Nacional São

Carlos e a Companhia Nacional de Bailado está longe de ser um modelo adequado para qualquer das estruturas, para os seus trabalhadores e para os públicos. Submeter os dois outros teatros nacionais, com perfis tão distintos, a essa estrutura é uma irresponsabilidade.

E não será demais lembrar que, aquando da criação da OPART, o grupo de trabalho que se reuniu para a sua constituição estudou o assunto ao longo de seis meses e decidiu que não teria sentido incluir nesta nova entidade o outro teatro nacional sediado em Lisboa, o Teatro Nacional D. Maria II. Como poderemos agora aceitar que em poucas semanas se decida não só que afinal o Teatro Nacional D. Maria II, como até o Teatro Nacional São João, devem integrar a OPART?

Assim, e considerando que:

- Os Teatros Nacionais são garantes primeiros do direito à cultura e da democracia cultural e são centrais em qualquer projecto de país e de futuro;

- Não existe qualquer estudo que fundamente a razoabilidade económica da fusão dos Teatros Nacionais;

- A autonomia dos Teatros Nacionais é uma condição essencial para assegurar a pluralidade e complementaridade fundamentais ao cumprimento das suas missões;

- Não existem exemplos de concentração de estruturas tão diversas nas suas competências e responsabilidades artísticas e territoriais;

- As decisões irreflectidas e irresponsáveis não são inconsequentes;

- A Assembleia da República não pode alhear-se dos destinos dos Teatros Nacionais.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

Preserve a autonomia dos Teatros Nacionais e que não proceda à sua fusão.

Assembleia da República, 25 de Novembro de 2010.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,